



## POLÍTICA NACIONAL DA SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA: ANÁLISE DO ACESSO À SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA DE ALTO ALEGRE EM HORIZONTE-CEARÁ

Lara Abreu Cruz<sup>1</sup>, Paulo Henrique Maciel da Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Doutoranda em Sociologia (PPGS/UECE). Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS/UECE). Assistente Social do Programa Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. Docente do Curso de Serviço Social da Uninassau - Fortaleza Ceará. E-mail: profa.laraabreu@gmail.com; <sup>2</sup>Especialista na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde - RMS em saúde da Família e Comunidade desenvolvido pela Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP, Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de Pacajus Ceará. E-mail: paullo.henriquem@hotmail.com

**Resumo:** O presente estudo traz à reflexão a questão da promoção da saúde nas comunidades quilombolas, tomando como parâmetro de análise a intersecção entre a Política Nacional de Promoção da Saúde e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) a partir da experiência desenvolvida pelo setor de Serviço Social na Unidade Básica de Saúde de Queimadas, a qual atua diretamente na comunidade quilombola de Alto Alegre, no município de Horizonte, Região Metropolitana de Fortaleza. Nesse sentido, entende-se a promoção da saúde como requisito fundamental para se trabalhar o direito social à saúde em comunidades quilombolas, devido as diversas iniquidades, historicamente, tais como: o preconceito racial, doenças genéticas e aquelas adquiridas devido às dificuldades de se acessar o sistema de saúde. Este artigo é resultado de um estudo de natureza qualitativa, em que por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sistematizando a atuação do Serviço Social.

**Palavras-chave:** Promoção da Saúde, Comunidade Quilombola, Serviço Social.

### Introdução

Sendo as políticas públicas um movimento interventivo na sociedade, onde sua base estruturante é o conjunto de interesses ligadas as condicionantes econômico-político-social-cultural, determinadas historicamente por dada sociedade, as políticas públicas tem como eixo recursos que são produzidos socialmente, isto implica dizer que elas vão se estruturar entorno da organização das necessidades que são fruto da própria produção social. Assim sendo, o seu progresso se dá de modo articulado, na qual seu retorno aparece como uma resposta ao conjunto de situações problemas que tem ações materializadas em projetos sociais, programas e políticas<sup>1</sup>.

É sabido que nos últimos anos as políticas públicas tem se destacado em se tratando do direcionamento de ações que abarquem as

particularidades das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. Quando a discussão se volta para a área da saúde, especificamente, é possível notar que por meio do Ministério da Saúde tem sido desenvolvidas diversas políticas de promoção de equidade, onde uma das principais é a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN. Nesse sentido o intuito dessa pesquisa é analisar a PNSIPN, tendo em vista que esta surge como uma medida de reparação com o intuito de minimizar os impactos do preconceito, bem como da discriminação advindos dos processos de exploração da população negra ao longo da história. Desse modo.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é um compromisso firmado pelo Ministério da Saúde no combate às desigualdades no Sistema Único de Saúde (SUS) e na



promoção da saúde da população negra de forma integral, considerando que as iniquidades em saúde são resultados de injustos processos socioeconômicos e culturais - em destaque, o vigente racismo - que corroboram com a morbimortalidade das populações negras brasileiras<sup>2</sup>.

A política pode ser entendida, portanto, como uma ação para a promoção da saúde integral da população negra e combate ao preconceito - em destaque o racismo - sofrido por esta população, sobretudo, dentro do Sistema Único de Saúde - SUS, na qual tem como objetivo central reduzir os índices alarmantes dos obstáculos sócio-históricos que atravessam essa população.

### Material e Método

A metodologia é o meio pelo qual se pretende alcançar os objetivos da pesquisa. À vista disso, a presente pesquisa é de natureza aplicada com o intento de compreender os delineamentos da PNSIPN, considerando que para compreender as particularidades da Comunidade Quilombola quanto a questões de saúde e políticas públicas em caráter de ação afirmativa, é preciso enxergá-la a partir de sua totalidade enquanto sociedade num viés sócio-histórico pautado no cuidado ancestral<sup>3</sup>.

Outrossim, o método científico em que o estudo se embasará teoricamente é a dialética, tendo em conta que numa perspectiva dialética é possível realizar um estudo totalizante a respeito da estruturação da PNSIPN enquanto política pública complementar a PNS, sobretudo, compreender como as ações da política supracitada atende ou não as

demandas de saúde da Comunidade Quilombola em questão, não como uma situação isolada, mas como um estudo que abarca de maneira totalitária o modo de ser dessa população.

Ademais, os objetivos desse estudo dar-se-ão de maneira descritivo-exploratório, mediante rodas de conversas e entrevistas para melhor apreensão da eficácia da PNSIPN e do desenvolvimento de ações que objetivem efetivar os direitos da comunidade por meio da política supracitada, destacando, o importante papel profissional que mediante a presente pesquisa poderá traçar meios propositivos que possibilitem a implementação efetiva ao acesso a direitos previstos na PNSIPN.

Portanto para melhor responder os objetivos, pretende-se inicialmente realizar um levantamento bibliográfico e documental, com a finalidade de absorver como se deram as formas de acesso a direitos - neste caso a política de saúde - por parte da população negra<sup>a</sup>, por conseguinte a pesquisa apresentar-se-á numa abordagem qualitativa e quantitativa.

### Resultados e Discussão

A diversidade populacional e cultural brasileira é uma característica conhecida e referenciada em análises das ciências sociais e estudos antropológicos contemporâneos. Numa nação onde quase metade da população se autodeclara negra, é incompreensível a ausência do reconhecimento e da valorização da identidade étnica e cultural do negro<sup>4</sup>.

---

<sup>a</sup> Leia-se população quilombola.



No Brasil, há a ideia de que a escravização foi mais branda do que em outros lugares, o que nos impede de entender como o sistema escravocrata ainda impacta a forma como a sociedade se organiza, por isso, é necessário reconhecer as violências ocorridas durante o período escravista em nosso país<sup>b</sup>. Assim sendo, uma das expressões históricas da luta do povo negro no Brasil, é a formação de quilombos, pois remete ao passado de um povo que se rebelou contra o sistema escravocrata, constituindo uma organização político-social e de identidade étnica<sup>4</sup>.

A palavra “quilombo” assenta-se na etimologia Bantu, que significa “acampamento guerreiro na floresta”. Popularizado no Brasil por apoiar as organizações de suporte instituídas pelos insurgentes contra o regime de escravidão e suas resistências, reivindicações e combates frente à escravidão, essa expressão trouxe ainda uma interpretação relevante para os negros/as libertos, representando a sua longa caminhada de luta e busca por liberdade, conquistando, assim, outros contextos e perspectivas.

Tendo disto isto, é inegável, que grupos que foram historicamente perseguidos e/ou excluídos, enfrentam dificuldades quanto ao acesso a saúde, bem como acesso a outros bens coletivos e ao exercício da cidadania<sup>c</sup>. A promoção da saúde vem sendo amplamente dialogada desde o momento em que o Brasil inicia seu processo de redemocratização

nos anos 1980, como destaque para esse período a 8ª Conferência Nacional de Saúde sendo o grande marco da luta pela universalização do sistema de saúde como também a implantação de políticas públicas em defesa da vida, fazendo com que a saúde tornasse um direito social irrevogável, juntamente aos direitos humanos e de cidadania.

A Promoção da Saúde tem como escopo reconhecer as necessidades dos indivíduos para que assim seja possível modificar o meio em que transitam e consequentemente atingir um estado pleno de bem-estar físico-mental-social-individual-coletivo, indo além de um padrão de estilo de vida saudável, por abranger um bem-estar global<sup>5</sup>. A concepção de Promoção da Saúde, apesar de contemporânea, prevalece ainda um termo com contradições. Essa dicotomia está atrelada à presença de dois discursos: um com ênfase na modificação dos comportamentos individuais, e outro que busca avançar para uma perspectiva libertadora por meio do fortalecimento da participação da população no enfrentamento da falta de acesso a direitos<sup>6</sup>.

É neste contexto, inserem-se as comunidades em situação de vulnerabilidade social, conceito este que se refere à capacidade de luta e de recuperação dos indivíduos e dos grupos sociais para o enfrentamento da questão da saúde. A vulnerabilidade e risco social implica características, recursos e habilidades inerentes aos sujeitos ou grupos, que podem ser escassos ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Com isso, essa relação irá determinar o grau de desgaste da qualidade de vida dos indivíduos<sup>7</sup>.

<sup>b</sup> Neusa Santos Souza, Tornar-se negro ou As Vicissitudes da identidade do negro brasileiro ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p.19.

<sup>c</sup> Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Carta aberta aos candidatos à Presidência da República. Setembro de 2006. Disponível em: [www.determinantes.fiocruz.br](http://www.determinantes.fiocruz.br). Acesso em: 15 de fev de 2020.



## Considerações Finais

Desta forma, destaca-se a população remanescente de quilombo, como um grupo étnico vulnerável, especialmente a feminina, devido a mesmas serem a linha de frente na busca e defesa de direitos humano-sociais.

O serviço de ampliação da saúde se propõe oferecer a promoção, prevenção e reabilitação de qualidade, seguindo diretrizes e protocolos clínicos, aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Ministério da Saúde reconhece e assume a necessidade da instituição de mecanismos de promoção da saúde integral da população negra e do enfrentamento ao racismo institucional no SUS, com vistas à superação das barreiras estruturais cotidianas que incide negativamente nos indicadores de saúde dessa população.

## Referências

1. Silva MOS. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord.). Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico- metodológicos. 2. ed. São Paulo: Veras Editora. 2013.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS. 2ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2013. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/>>.
3. Prodanov CC. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. - 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale. 2013.
4. Anjos RSA, Cypriano A. (Orgs.). Quilombolas: tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n99/a08v37n99.pdf>>. Acesso em 01 jun 2021.
5. Malta DC, Moraes Neto OL, et al. National Health Promotion Policy (PNPS): chapters of a journey still under construction. Ciênc Saúde Coletiva. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n6/en\\_1413-8123-csc-21-06-1683.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n6/en_1413-8123-csc-21-06-1683.pdf)>. Acesso em 02 jun 2021.
6. Heidemann ITSB, Cypriano CC, et al. Estudo comparativo de práticas de promoção da saúde na atenção primária em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil e Toronto. Canadá. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n4/1678-4464-csp-34-04-e00214516.pdf>>. Acesso em 30 mai 2021.
7. Prestes CRS, Paiva VSF. Psychosocial approach and health of black women: vulnerabilities, rights and resilience. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/en\\_1984-0470-sausoc-25-03-00673.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/en_1984-0470-sausoc-25-03-00673.pdf)>. Acesso em 03 jun 2021.